

Projeto de Resolução da Mesa Nacional
Da vitória contra o pacote laboral às novas mobilizações contra o Governo AD

1. A derrota do pacote laboral marca uma importante vitória sobre o avanço da maioria de direita na sua política contra os direitos do trabalho como forma de transferir riqueza do trabalho para o capital. O longo processo de luta contra a estratégia do Governo construiu-se com a força de duas greves gerais, mobilizações de milhares de pessoas, participação das centrais sindicais, sindicatos independentes, partidos, associações, coletivos, jovens e trabalhadores e trabalhadoras sindicalizados e não sindicalizados. A pressão social que derrotou o pacote laboral nasceu da ação organizada, mas foi muito além dela: a rejeição maioritária da proposta do Governo tem uma raiz social profunda, que inclui a grande maioria da classe trabalhadora. Foi essa maioria social que conseguiu impôr ao Governo da AD uma das suas maiores derrotas e tirar o chão à ministra do Trabalho, que fez deste ataque ao mundo do trabalho a sua principal bandeira.

Mesmo com dois terços dos assentos na Assembleia da República, a direita não consegue impôr a sua agenda a todo o custo. A contradição entre os apetites ultraliberais do Governo da AD e os interesses eleitorais do Chega impediram, à última hora, a sua síntese no ataque a quem trabalha. Essas contradições foram amplificadas pela pressão social e política que a esquerda colocou sobre o pacote laboral, conseguindo desde o início enquadrar esse debate fora da hegemonia da direita. Toda a mobilização das forças sociais e de esquerda garantiu que o pacote laboral fosse discutido nos seus termos reais e não naqueles que interessam ao Governo AD e aos patrões. Em vez de discutir um fantasioso aumento de produtividade ou de salários, a discussão no espaço público foi sobre aquilo que o pacote significava mesmo: perda de direitos, pressão para desvalorizar salários, aumento da precariedade, enfraquecimento da contratação coletiva, ataque à vida familiar. O Bloco orgulha-se do seu contributo, dos seus militantes, para o processo político que derrotou o pacote laboral - seja na denúncia pedagógica das medidas propostas pelo governo, seja na organização do movimento dos trabalhadores ou no esforço de agregação que contribui para respostas tão unitárias quanto possível.

Sendo o chumbo uma vitória, sobram agora desafios incontornáveis. A luta contra o pacote laboral foi uma luta de resistência. O desafio que se coloca ao movimento dos trabalhadores é, no rescaldo desta vitória, abrir caminho aos debates sobre os direitos do trabalho que têm de ser consagrados. O Bloco assume como prioridade colocar na agenda a redução do horário de

trabalho, o combate ao falso trabalho independente, a proteção dos trabalhadores em contextos climáticos severos, o avanço nos direitos dos trabalhadores por turnos, a universalização do subsídio de refeição e a criação de salvaguardas para novas realidades sociais e tecnológicas, como a gestão algorítmica das relações do trabalho.

2. A direita junta-se à extrema-direita nas guerras culturais que esta promove. Foi assim nas leis da nacionalidade e da imigração, foi assim no ataque à autodeterminação de género, e agora ambas as partes anunciam um pacto para a revisão constitucional. O processo anunciado pela extrema-direita recebeu a anuência da AD e a conivência do presidente da Assembleia da República, que congelou (e assim prolongou) de forma sem precedentes os prazos para o processo de revisão constitucional, permitindo um entendimento entre Ventura e Montenegro. Esse favorecimento, que viola de maneira flagrante as normas constitucionais, abrirá a porta para o ataque à lei fundamental e aos direitos nela consagrados. O Bloco de Esquerda trabalhará para construir todas as pontes que permitam derrotar esse ataque aos direitos de todas as pessoas através da revisão constitucional anunciada pela maioria de direita.

3. O caos instalado no processo de digitalização e correção de exames nacionais, que afeta milhares de famílias, estudantes e professores, é consequência da política neoliberal do Governo. As famílias e os estudantes são atirados para a incerteza que coloca em cheque o seu futuro: não sabem quando é que os exames vão ser corrigidos, não sabem como fica o processo de ingresso no ensino superior nem se vão ter de abdicar de férias para participar na segunda fase. Os professores são também colocados numa posição de incerteza profissional, vendo o prazo para a correção dos exames chegar ao fim sem conseguir ter acesso às provas. A política do ministro Fernando Alexandre, que desmantelou e concentrou serviços do Ministério da Educação e, ao mesmo tempo, avançou para a alteração estrutural do processo sem garantir que este funciona, é a tradução da estratégia da AD - o sucateamento do Estado Social. Na educação como na saúde, a direita desinveste nos serviços públicos, corta recursos, dificulta o acesso e produz uma situação de caos para apresentar o setor privado como alternativa. Em suma: a direita cria o caos nos serviços do Estado para depois afirmar que o Estado é um caos. No caso da investigação académica, concentra serviços subfinanciados para subjugar o processo científico à lógica empresarial. A obsolescência programada dos serviços públicos tem em vista passar um cheque em branco a empresas privadas para assumirem a prestação de serviços públicos. A tarefa da esquerda é, desde logo,

responsabilizar o Governo e o ministro pela situação que lança a incerteza sobre tantas famílias e professores. O Bloco de Esquerda reafirma a necessidade de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, para que sejam apuradas todas as responsabilidades pelo caos nos exames nacionais. Se é hoje evidente que Fernando Alexandre não tem condições para permanecer à frente do Ministério da Educação, é também evidente a urgência de uma batalha firme pelo investimento nos serviços públicos e contra a estratégia privatizadora da direita.

4. Os apetites imperialistas de Trump continuam a comandar a política internacional de quem se ajoelha perante a hegemonia violenta dos Estados Unidos da América. A cimeira da NATO em Ankara foi um passo mais para a afirmação da guerra como instrumento de dominação imperialista. O secretário-geral da NATO é, aliás, o primeiro na fila para apoiar a violação do direito internacional, afirmando que a agressão ilegal ao Irão era “absolutamente necessária”. Depois de ter cedido a Base das Lajes, afrontando o direito internacional, o Governo português junta-se a esse coro com o aumento da despesa em armamento. A guerra permanente é a estratégia de Trump e Netanyahu, fragilizados internamente, para desviar as atenções das suas próprias crises. O Bloco de Esquerda, reafirmando a solidariedade internacionalista, denuncia a cumplicidade do governo português com a estratégia belicista em curso e assume como prioridade a luta contra o agravamento do custo de vida provocado pela guerra e pela especulação.

5. As alterações climáticas são um dos maiores desafios do nosso futuro, mas também da nossa atualidade. Primeiro o comboio de tempestades, agora as sucessivas e intensas ondas de calor, provam que os fenómenos climáticos extremos são cada vez mais frequentes e constituem uma ameaça de primeira grandeza à nossa vida coletiva. O aumento das temperaturas afeta mais quem tem menos. Quem sofre com a pobreza energética, quem vive mais isolado, quem tem de se deslocar de transportes públicos. Os incêndios de enormes dimensões, repetidos todos os anos, destroem as comunidades e tornam uma absoluta urgência o reforço dos meios de combate aos incêndios e a transformação da floresta (substituindo as monoculturas combustíveis por uma floresta autóctone, diversa e resiliente). Depois das tempestades, o Bloco de Esquerda apresentou um Pacto Climático para garantir uma transição justa e um território seguro face a esta realidade. A mitigação das emissões de gases com efeito de estufa, a par de uma política de justiça económica, social e territorial, é o centro da proposta política do Bloco de Esquerda para enfrentar as alterações climáticas. Mas é também fundamental que haja uma força de esquerda que se bate por uma adaptação aos

efeitos já sentidos das alterações climáticas, e que o faça de forma transversal à sociedade. Neste contexto, a crescente pressão sobre os recursos hídricos exige também uma resposta política urgente. Garantir o acesso à água enquanto bem essencial à vida implica assegurar uma gestão pública e sustentável, proteger os aquíferos e os ecossistemas, garantir os caudais ecológicos dos rios e combater as perdas nas redes de abastecimento. Desde a adaptação do Código de Trabalho, à transformação de cidades para que sejam mais resilientes às cheias e às ondas de calor, passando pela gestão sustentável dos recursos hídricos, passando pelo reforço dos transportes públicos, pelo combate à política da agricultura superintensiva ou pela promoção dos meios de saúde pública, é o Bloco de Esquerda que apresenta uma proposta ecossocialista para transformar a economia e a sociedade.

6. A crise de custo de vida, alicerçada na especulação imobiliária e no aumento dos preços de combustíveis e bens essenciais, assume um papel central na política portuguesa. A agressão ilegal ao Irão por parte dos Estados Unidos da América e a imprevisibilidade do conflito gerido por Donald Trump foram o gatilho para a erosão do poder de compra e a transferência de riqueza, que representam retrocessos sociais grandes e aprofundam desigualdades sociais e económicas. A crise de custo de vida alargou-se à grande maioria que vive com baixos salários e baixas pensões, traduzindo-se em situações de pobreza extrema e precariedade habitacional - risco agravado pelas propostas recentemente apresentadas pelo Governo, que entregam mais edifícios públicos ao mercado e eliminam a pouca proteção aos inquilinos ainda existente, facilitando os despejos e acabando com o limite aos aumentos das rendas, num contexto que faz lembrar a lei Cristas. A resposta do Governo é vazia no geral e cruel no particular, como se demonstra pela tentativa de negociar com a extrema-direita a criação de uma Prestação Social Única que criasse trabalho gratuito obrigatório. Acabou por fazer acordo com o Partido Socialista, abdicando de alguns dos princípios mais cruéis da lei, mas mostrou que a sua principal preocupação face a uma crise de custo de vida que aumenta é punir quem tem menos. A esquerda apresenta alternativa para colocar os lucros da crise a pagar o aumento do custo de vida através de um imposto sobre os lucros extraordinários do setor energético e da grande distribuição e para controlar os preços dos combustíveis e dos bens essenciais. O Bloco de Esquerda empenha-se em criar maiorias sociais mobilizadoras que consigam marcar o segundo semestre de 2026 com uma agenda contra a crise de custo de vida, colocando na rua e no centro da política a justiça económica e um programa alternativo para responder ao empobrecimento da maioria que trabalha em benefício de uma minoria que explora.